



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Conselho Superior

ATA Nº 1/2022/CONSUP/IFTO, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

1 Ata da primeira reunião extraordinária de dois mil e vinte e dois
2 do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
3 Tocantins – IFTO. No dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às
4 nove horas e doze minutos, por videoconferência, reuniu-se, sob a presidência
5 do reitor, Antonio da Luz Júnior, o Conselho Superior do IFTO, composto pelo reitor,
6 como presidente; pela representação de um terço do número de *campi* destinada
7 aos servidores docentes, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco
8 representantes, e igual número de suplentes; pela representação de um terço do
9 número de *campi* destinada ao corpo discente, e igual número de suplentes; pela
10 representação de um terço do número de *campi* destinada aos servidores técnico-
11 administrativos, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco representantes e igual
12 número de suplentes; por dois representantes dos egressos e igual número de
13 suplentes; por seis representantes da sociedade civil e igual número de suplentes;
14 por dois representantes do setor público e/ou empresas estatais designados pela
15 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; por um representante e um
16 suplente do Ministério da Educação, designados pela Secretaria de Educação
17 Profissional e Tecnológica; e pela representação de um terço dos diretores-gerais
18 dos *campi*, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco e igual número de
19 suplentes. Foi registrada a presença dos representantes do Colégio de Dirigentes:
20 Cristiano Fernandes Mateus, segundo titular; Pietro Lopes Rêgo, terceiro titular;
21 Mírian Peixoto Soares da Silva, quarta titular; Flávio Eliziário de Souza, primeiro
22 suplente; dos representantes dos servidores docentes: Klaus Rene Trein Laino,
23 primeiro titular; Jonierson de Araújo da Cruz, segundo titular; Stânio de Sousa Vieira,
24 terceiro titular; Thiago de Loiola Araújo e Silva, quarto titular; dos representantes
25 dos servidores técnico-administrativos: Fabrício Barbosa da Costa, primeiro titular;
26 Benemara Pereira da Silva Peluzio, segunda titular; Lucas Ramos Vieira, terceiro
27 titular; Joedna Silva, quarta titular; dos representantes dos discentes: Jefferson
28 Soares de Sousa, terceiro titular; dos representantes dos egressos: Miquéias Alves
29 da Rocha, primeiro titular; do representante titular do Sindicato das Indústrias de
30 Construção Civil do Estado do Tocantins – SINDUSCON-TO, Cleber Decarli de Assis,
31 suplente; da representante titular da Federação dos Trabalhadores Rurais
32 Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins – FETAET, Ruth Caetano
33 Cardoso; da representante titular da Federação do Comércio de Bens, Serviços e
34 Turismo do Estado do Tocantins – FECOMÉRCIO, Dirce Betânia de Oliveira Faustino.
35 O presidente agradeceu a presença de todos, conferiu o quórum e declarou aberta a
36 sessão. O presidente informou que após a sequência dos informes gerais seria
37 incluído na pauta a solicitação enviada pelo conselheiro Stânio (na sexta anterior a
38 reunião do Conselho), a saber: deliberação sobre os procedimentos administrativos

39 dos protocolos de biossegurança do retorno gradual presencial das aulas nos *Campi*
40 do IFTO. Ressaltou que informaria em momento pertinente os tópicos relacionados
41 ao assunto. Na sequência, procedeu-se com o ponto um, informes gerais. Informou
42 o início (naquela semana) do novo serviço de refeição no IFTO nos *campi* Araguaína
43 e Pedro Afonso, e o planejamento das demais unidades com a prestadora de serviço
44 ainda no mês de fevereiro. Informou que ainda em março todas as unidades seriam
45 atendidas pelo serviço de refeição. Pediu aos estudantes (público alvo do serviço)
46 que ajudassem na avaliação e aperfeiçoamento constante da nova modalidade de
47 serviço de refeição. Disse que a expectativa era muito grande em conseguir
48 melhorar a qualidade e atender com preço razoável, dentro daquilo que se praticava
49 atualmente no mercado. Informou que no dia anterior esteve no *Campus* Avançado
50 Lagoa da Confusão participando da inauguração do Ginásio Poliesportivo.
51 Cumprimentou o professor Jardel, agradeceu a ele e a toda comunidade pela
52 receptividade. Parabenizou a todos pela conquista, disse que essa era uma ação com
53 recurso recebido pelo IFTO no ano de 2018, que se tratava de uma negociação da
54 gestão do professor Nairton com a professora Dorinha, que tiveram a oportunidade
55 de executar e entregar a comunidade. Informou que a Instituição já estava em fase
56 avançada para implantação de usinas fotovoltaicas nos *campi* de Paraíso do
57 Tocantins, Gurupi e Lagoa da Confusão. Ressaltou que com a implantação o IFTO
58 ganhava um número significativo de unidades com serviço de geração de energia
59 fotovoltaica, que além dos impactos ambientais impactaria significativamente na
60 redução da despesa fixa do funcionamento institucional, possibilitando o
61 redirecionamento do orçamento para outras necessidades. Destacou que todas
62 essas ações estavam sendo feitas em parceria com os parlamentares através de
63 destinação de emendas parlamentares e também de ações específicas com SETEC,
64 que também estava fomentando a implantação de usinas fotovoltaicas. Informou
65 que com essas novas aquisições o IFTO passaria a contar com usinas fotovoltaicas
66 nos *campi* de Palmas, Araguatins, Dianópolis, Porto Nacional, Paraíso, Lagoa e
67 Gurupi. Disse que a expectativa era em breve ampliar para atendimento de 100%
68 das unidades com a geração de energia fotovoltaica. O conselheiro Klaus lembrou a
69 eleição ocorrida para o próximo biênio dos próximos integrantes, membros do
70 Conselho Superior do IFTO, disse que foi um momento de renovação democrática,
71 um episódio de fortalecimento da democracia no IFTO. Salvo engano mencionou
72 que esta seria a última reunião da atual composição, e solicitou um ponto de pauta
73 específico atrelado ao informe para que cada conselheiro fizesse seu momento de
74 despedida, sua fala, afinal de contas era a última reunião da atual composição.
75 Como tiveram um período muito longo sem convocações, Klaus disse que ocorreu
76 um acúmulo muito grande de pontos a serem tratados na reunião. Pediu
77 esclarecimento quanto a legalidade da reunião na data (vinte e um de fevereiro de
78 dois mil e vinte e dois), visto que a prorrogação do mandato da atual composição foi
79 até o dia anterior (vinte de fevereiro de dois mil e vinte e dois). Disse que acreditava
80 que teria que ter um ponto de pauta inaugural para que os conselheiros
81 chancelassem ou não o ato do presidente do Consup (ad referendum) de
82 prorrogação do mandato da atual composição do dia vinte para o dia vinte e um,
83 porque salvo engano o que fosse deliberado na data pela composição não teria
84 validade jurídica. Ressaltou que seria interessante esclarecimento a respeito
85 dessa medida para que tivessem segurança jurídica pertinente. A título de informes,
86 citou o acontecimento da eleição do Consup e a repercussão para a reunião, visto
87 que um dos pontos de pauta que seria tratado era justamente a homologação do
88 processo eleitoral. Com relação às usinas fotovoltaicas, Klaus informou que havia

chegado até a ele alguns questionamentos quanto às usinas dos *campi* Porto Nacional e Dianópolis, argumentações no sentido de que as usinas fotovoltaicas desses *campi* não poderiam ser ligadas na rede para acúmulo de energia para utilização plena desses equipamentos porque elas teriam sido superdimensionadas, que a concessionária de energia elétrica não estaria aceitando na implementação dessa tecnologia nos dois *Campus*. Pediu explicações para comunidade a respeito da questão. Questionou a pauta prometida em algumas reuniões pelo presidente e pela presidente substituta do Conselho (conselheira Nayara) que era a redução do quórum de convocação, algo bastante debatido e tratado e que por várias vezes foram prometidas como ponto de pauta. Disse que gostaria muito que fosse votado na reunião, afinal de contas era a última reunião que teria a oportunidade de participar. O presidente informou que já estava planejado ao final das discussões o momentos de homenagem, agradecimento e fala de todos os conselheiros que assim desejassem em virtude do encerramento do mandato. Com relação às usinas fotovoltaicas, o presidente disse que de fato as usinas de Porto Nacional e de Dianópolis ainda não tinham sido integradas à rede. Informou que as duas tinham o potencial de geração de energia, mas ainda não estavam injetando na rede elétrica. Disse que entre a elaboração do projeto por parte da empresa contratada e a efetivação do serviço, houve uma alteração do regulamento interno da Energisa e que estavam trabalhando juntos com Energisa e a empresa contratada para prestação de serviço de instalação das usinas para adequação do projeto, possibilitando o efetivo funcionamento das unidades, o que seria resolvido em um curto espaço de tempo. Informou que tinham diferentes alternativas de solução, sendo uma delas a redução da capacidade da usina, fazendo repasse da capacidade excedente de placas para outras unidades, e outra possibilidade era a negociação com a Energisa para que ela fizesse uma compreensão de que o IFTO como um todo tinha um potencial de consumo energético maior do que o instalado nas usinas. Explicou que a legislação a respeito da energia fotovoltaica ainda era recente e estava passando por atualizações constantes. Informou que o processo de licitação era muito demorado desde a fase de projeto até a implantação, e eventualmente sofria alterações que impactavam nos projetos. Ressaltou que todas as adequações já estavam sendo feitas pela equipe técnica e que em breve o serviço estaria plenamente disponibilizado para as comunidades. Quanto ao ponto de pauta mencionado pelo conselheiro Klaus, o presidente recordou que em vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e um foi encaminhado ao conselheiro o OFÍCIO Nº 15/2021/CONSUP/IFTO, solicitando a fundamentação a respeito da demanda apresentada do ponto para que o conhecimento fosse uniformizado aos conselheiros. Informou que a solicitação ainda não tinha sido atendida e que o Conselho aguardava o atendimento para que pudesse efetivamente pautar o assunto como comprometido. A respeito das demais questões, o presidente informou que tratariam na sequência. Agradeceu ao conselheiro pela oportunidade especialmente quando citou o processo eleitoral, informou que trataria do tema, mas antecipou que do ponto de vista do gabinete observa-se que o que estava sendo procedido até o momento tinha total amparo legal, e que havendo entendimento diferente, porque parte dos conselheiros poderiam fazer uma reavaliação do caso e tomarem as medidas que fossem entendidas como cabíveis a cada situação. A conselheira Dirce agradeceu a confiança de sempre do Conselho Superior do IFTO, informou que seria reconduzida no próximo mandato, não mais na condição de titular (presidente da FECOMÉRCIO, Itelevino), mas de suplente. O conselheiro Klaus lembrou que por mais de uma oportunidade havia sido tratado no

139 Conselho a sua solicitação de que fosse pautado a redução do quórum de
140 convocação, e que nestes momentos foram feitas as justificativas do porquê da
141 solicitação. Disse que o presidente do Consup estava inovando para colocar um
142 imbróglio, uma pedra, um obstáculo para que fosse pautado. Disse que o presidente
143 do Consup na pessoa do professor Antonio da Luz, garantiu que seria pautada na
144 próxima reunião na época. Disse que posteriormente não foi pautado, mesmo com
145 ele relembrando o caso. Ressaltou que a conselheira Nayara também disse que seria
146 pautada ao presidir o Conselho. Klaus afirmou que nunca tinha sido adotado o
147 procedimento informado pelo presidente naquela data (justificativa técnica para
148 solicitação de pauta), exemplificou com a solicitação de inclusão de pauta do
149 conselheiro Stânio, que tinha sido aceita sem solicitação da pertinência jurídica da
150 demanda. Disse que por várias vezes pautou durante as reuniões diversas pautas e
151 que o procedimento nunca tinha sido exigido. Reforçou que não havia possibilidade
152 de fazer um quórum de convocação de 66,66 % dos membros do Consup devido às
153 especificações de composição do Conselho, disse que a redução do quórum de
154 convocação era para que o presidente não ficasse com o monopólio de convocação.
155 Citou a frustração dos membros do Conselho que ali estavam, pois queriam
156 trabalhar, reunir e tratar dos temas, mas o presidente não convocava as reuniões.
157 Questionou a quem interessa o monopólio convocatório, quem tinha senso de
158 democracia que impediria que a maioria do Consup pudesse convocar. Disse que sua
159 solicitação era em nome da democracia do regime de governo que imperava no país
160 e também no regimento do do Conselho. Destacou que o regimento do Consup dizia
161 que um dos princípios básicos era o colegiado, a democracia. Pediu que o presidente
162 não se escondesse atrás de subterfúgios para impedir que pautassem na reunião.
163 Disse que não fazia a solicitação em seu nome, pois era a sua última reunião e nem
164 se beneficiaria (entre aspas), enquanto conselheiro, dessa medida caso ela viesse a
165 passar, mas sim a próxima composição. Disse que queria muito deixar esse legado,
166 que a composição e não o Klaus deixasse esse legado de democracia para a próxima
167 composição, para que quando a maioria da próxima composição quisesse pautar,
168 não dependesse da vontade de uma única pessoa. Frisou que era em nome da
169 próxima composição do pessoal que seguiria trabalhando no Consup, que pedia
170 encarecidamente que pautassem para deixar esse legado, do contrário se o
171 presidente não quisesse pautar usando o seu monopólio convocatório, sugeriu
172 colocar em votação. O conselheiro Pietro pediu que os conselheiros se ativessem ao
173 ponto de pauta (informes gerais). Parabenizou a toda equipe do IFTO pelo retorno
174 das atividades presenciais desde o início de fevereiro. Informou que no *Campus*
175 Dianópolis às aulas presenciais teriam início no dia 7 de março e retorno das
176 atividades administrativas (presencial) a partir do dia 3 março, mas que era
177 garantido e assegurado a todos os servidores que estariam com as condições e
178 insumos necessários para evitar o contágio do coronavírus. Informou que fariam
179 uso do passaporte vacinação, garantindo a segurança de todos os servidores e
180 alunos da instituição. Agradeceu a participação de todos os conselheiros que
181 compuseram o biênio e desejou aos novos membros uma gestão deliberativa
182 levando desenvolvimento à instituição. A conselheira Ruth felicitou o Conselho pela
183 condução do período de pandemia. Sugeriu ao presidente que fosse feita, inclusive
184 no grupo de WhatsApp, uma gestão de monitoramento. Fez um retrospecto para
185 toda a comunidade, que a partir do momento que começou um debate nesse grupo
186 de desqualificação dos dirigentes e representantes dos estudantes, daquele dia em
187 diante foi igual a pedra descendo no morro, conflitos e conflitos, sem contar o
188 negacionismo em relação a própria vacina e pandemia. Sugeriu que o presidente do

189 Conselho e reitor da instituição monitorasse e pedisse parcimônia e compreensão
190 para diminuir os conflitos no WhatsApp, pois no WhatsApp da rede social privada
191 poderiam fazer o que bem entendessem, mas não no grupo de WhatsApp de um
192 conselho de uma instituição, considerada por ela a elite do conhecimento e do
193 Estado do Tocantins. Pediu que guardassem as divergências e diferenças e que o
194 presidente tivesse um controle maior dos debates, respeitando a ciência e com as
195 devidas diferenças as organizações representativas dos estudantes, pois se não
196 conseguissem dialogar e negociar, as coisas ficariam muito mais complexas e difíceis,
197 haja Vista, que já vinham nesse angu há três anos. Disse que esperava que em dois
198 mil e vinte e três a história mudasse significativamente e radicalmente nesse
199 sentido. Direcionou especificamente ao presidente por ser ele o condutor (reitor da
200 instituição e presidente do Conselho). Ressaltou que os conselheiros deveriam
201 sempre lembrar onde estavam ancorados, pois eram a elite da construção do
202 conhecimento capaz de negociar, dialogar e viver em parcimônia. Compartilhou o
203 orgulho e privilégio de ter uma filha estudando no Instituto. Perguntou se a
204 interpretação feita pela FETAET quanto às indicações dos novos representantes
205 (novo titular e ela como suplente) estava correta e condizia com o que estava
206 previsto no regimento. O conselheiro Flávio Eliziário parabenizou a todos os
207 conselheiros do biênio que estava se encerrando, principalmente pelo
208 enfrentamento da situação adversa da pandemia. Informou que o *Campus Paraíso*
209 do Tocantins também retornaria às atividades coletivas no dia 7 de Março e no
210 decorrer com as atividades administrativas. Agradeceu o respeito ao diálogo e as
211 opiniões durante o período, ressaltou que o IFTO era muito adverso e que o
212 Conselho era um campo democrático. Destacou a importância de encerrarem a
213 pauta colocada mantendo a democracia, as boas relações e otimizando o tempo. O
214 conselheiro Klaus destacou que a sua preocupação quanto à votação do ato ad
215 referendum que ele havia solicitado era uma questão jurídica. O presidente
216 agradeceu a Klaus pelo seu conhecimento da área jurídica e consultoria, porém,
217 explicou novamente que a condução da questão estava dentro do que previa a
218 legislação e que havendo entendimento diferente como inclusive colocado pelo
219 conselheiro não via nenhum prejuízo ao final da reunião deliberarem acerca da
220 aprovação do ato que reconduziu o mandato do Conselho até o dia 21 de fevereiro
221 de 2022. Concordou com as colocações da conselheira Ruth em relação à condução
222 das discussões no âmbito do grupo do WhatsApp do Conselho. Disse que
223 precisavam sim rever os posicionamentos, pois o ponto-chave era que cada um
224 revisse as suas posições antes de escrever qualquer mensagem, uma vez que
225 infelizmente o texto não conseguia passar a expressão facial e a imagens que
226 eventualmente se tinha quando estava falando, como quando se falava ao vivo e
227 conseguia passar várias outras informações, além apenas do que foi escrito. Disse
228 que um texto virtualmente, mesmo com a melhor das intenções, poderia ser
229 interpretado de forma agressiva pelo outro, o que gerava vários desdobramentos.
230 Entendia que esse pudesse ter sido o principal fator dentro do grupo e pediu aos
231 colegas que ponderassem mais ao enviar as mensagens. Esclareceu que tinham um
232 grupo totalmente heterogêneo em sua formação e em seus posicionamentos e que
233 era natural que houvesse divergências, pensamentos e compreensões diferentes em
234 relação aos processos, mas o que não poderia deixar de haver era o respeito ao
235 espaço de expressão dessas opiniões. Pediu que evitassem ao máximo entrar no
236 mérito de questões pessoais, e que discorressem sempre em relação a
237 fundamentação dos objetos que estavam sendo tratados, buscando trilhar no
238 caminho de maior harmonia. Em relação ao outro ponto abordado pela conselheira

239 Ruth, o presidente informou que a indicação apresentada pela secretaria ao solicitar
240 as novas indicações para o próximo pleito era que realmente se fizesse a tentativa de
241 renovação dos quadros, no entanto, que o Conselho tinha a mesma interpretação
242 posta pela análise da FETAET, sendo possível sim a manutenção dos colegas no
243 quadro de suplentes. Disse que entendia que as instituições não dispunham de
244 grande número de pessoas para participar do Conselho, mas era importante o
245 conhecimento e relação que já dispunham com a Instituição e que seria ruim perder
246 totalmente esse relacionamento. O presidente expôs seu ponto de vista em relação
247 a comparação que o conselheiro Klaus fez quanto a sua solicitação e a do
248 conselheiro Stânio que havia pedido espaço para a discussão da temática sem
249 efetivamente alcance de deliberação, diferente da solicitação do conselheiro Klaus
250 que impactava em uma deliberação, sendo assim, seria necessário, conforme
251 demandado ao conselheiro em outubro a apresentação dos elementos
252 fundamentados tanto para apresentação aos conselheiros assim como se necessário
253 encaminhamento à Procuradoria para que o assunto fosse pautado já com
254 embasamento jurídico. Disse que se a demanda já tivesse sido atendida talvez já
255 tivessem pautado e discutido. Quanto ao encerramento da participação do
256 conselheiro, o presidente esclareceu que qualquer pessoa poderia pautar no
257 Conselho através dos seus representantes, e que por isso, não via prejuízo neste
258 sentido. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto dois, a
259 saber: deliberação acerca da aprovação da Ata nº 6/2021/CONSUP/IFTO, referente à
260 terceira reunião extraordinária de 2021 (1419045); da Ata nº
261 11/2021/CONSUP/IFTO, referente à quinta reunião extraordinária de 2021
262 (1436850); e da Ata nº 14/2021/CONSUP/IFTO, referente à sétima reunião
263 extraordinária de 2021 (1471911). Após apresentação, os itens foram submetidos à
264 votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. Na sequência, atendendo à
265 solicitação do conselheiro Klaus, e tranquilizando-o quanto à segurança jurídica do
266 processo, o presidente colocou para apreciação dos conselheiros a convalidação da
267 Resolução Ad Referendum CONSUP/IFTO Nº 39, de 14 de fevereiro de 2022,
268 que aprovou, *ad referendum*, a prorrogação do mandato dos representantes do
269 Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
270 Tocantins, biênio 2019-2021, até 21 de fevereiro de 2022, conforme o Processo nº
271 23235.020743/2021-81. O presidente justificou o ad referendum devido ao atraso
272 no planejamento do cronograma para a conclusão dos trabalhos. O conselheiro
273 Klaus esclareceu que a deliberação do ponto garantia a legitimidade do processo,
274 que era fundamental do ponto de vista jurídico, visto que o mandato dos
275 conselheiros se encerrou no dia anterior. Destacou que o documento era precário e
276 precisava ser referendado pelo Conselho, caso contrário tornariam nulas de pleno
277 direito as deliberações da reunião. Disse que sua contrariedade era porque não
278 podiam naquele momento prorrogarem com tranquilidade o mandato, visto que
279 este tinha se encerrado, pois o ideal de uma prorrogação era que fosse feita antes
280 dos poderes acabarem. Registrou para posteridade que eventuais prorrogações de
281 mandatos fossem feitas antes do término do mandato. Após apresentação, o item
282 foi submetido à votação, tendo sido aprovado por 15 votos favoráveis e 1 abstenção
283 (Klaus Rene Trein Laino). Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto três, a
284 saber: deliberação acerca da homologação do resultado final para escolha
285 dos representantes do Conselho Superior do IFTO – biênio 2022/2023
286 (1525829), nos termos do Regulamento Eleitoral e conforme o Processo
287 nº 23235.020914/2021-71. Após apresentação, o item foi submetido à votação,
288 tendo sido aprovada por unanimidade. Na sequência, fez-se à inclusão da pauta,

289 solicitada pelo conselheiro Stânio de Sousa Vieira, através do Ofício
290 Nº 3/2022/CONSELHEIROS/CONSUP/IFTO, de 17 de fevereiro de 2022, a saber: 1.
291 Vimos através deste, primeiramente, agradecer a resposta ao Ofício 2(1499557)
292 através do Ofício 12/2022/CONSUP/IFTO (1498828). 2. No entanto, creio que seja
293 oportuno manifestarmos, após o encaminhamento da CONVOCAÇÃO Nº
294 1/2022/CONSUP/IFTO, Palmas, 14 de fevereiro de 2022, sobre a inclusão da pauta
295 referente a deliberação ao retorno gradual presencial das aulas no IFTO. 3.
296 Entendemos que o propósito em questão requer uma abordagem mais criteriosa,
297 deste Conselho Superior, para fins de alinhamento institucional. Mesmo que haja
298 entendimento de autonomia das Unidades para adequação do retorno presencial
299 das aulas, contudo percebe-se um contexto de insegurança nas adequações dos
300 protocolos de biossegurança e outros encaminhamentos. 4. Na própria condução do
301 passaporte vacinal que é uma medida oportuna precisa-se de detalhamentos sobre
302 os procedimentos a serem adotados. Entendendo o Consup como órgão máximo do
303 Instituto Federal de caráter consultivo e deliberativo e de composição diversas,
304 compreendemos a necessidade de pautar na 1ª Reunião Extraordinária do Consup -
305 21/02/2022, a Deliberação sobre os procedimentos administrativos dos protocolos
306 de biossegurança do retorno gradual presencial das aulas nos *Campi* do IFTO. 5. Em
307 tempo, ressaltamos a necessidade para delinear esse entendimento de alinhamento
308 a convocação de representante do Comitê Risco, a fim de melhor visibilidade aos
309 procedimentos técnicos. O conselheiro Stânio explicou que o objetivo de ter
310 solicitado a inclusão do ponto de pauta era em razão do atendimento de várias
311 solicitações de docentes, técnico-administrativos e estudantes e suas preocupações
312 sobretudo com o papel da segurança com o retorno das aulas presenciais. Disse que
313 diante dessas manifestações reforçou o pedido através do Ofício 03 na última
314 quinta-feira. Disse que o objetivo era exatamente saber sobre as tramitações que
315 estavam se dando quanto à questão do retorno. Citou que inclusive na solicitação
316 pediu a presença dos representantes do Comitê de Risco para que pudessem fazer
317 uma análise perante aos conselheiros sobre o andamento. Lembrou que na reunião
318 do dia 29 de outubro de 2021, aprovaram a Resolução CONSUP/IFTO Nº 68 e o
319 Plano de Retorno Gradual das Atividades que trazia alguns parâmetros norteadores,
320 entre eles a imunização por meio da vacinação e 70% atendendo até mesmo ao
321 protocolo da Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como a situação
322 epidemiológica local, isso sobre análise de excepcionalidade pelo Comitê de Risco.
323 Explicou que como naquela ocasião o contexto da pandemia dava sinal de queda e
324 também o plano dava resposta sobre a necessidade ou condições para o retorno
325 presidencial com segurança houve a aprovação. No entanto, no final de dezembro e
326 início de janeiro houve um aumento exponencial da pandemia, o que motivou
327 inclusive a convocação de reunião extraordinária para o dia 7 de janeiro para um
328 posicionamento, colocando inclusive a questão do passaporte vacinal, que
329 identificou como uma ação oportuna, haja vista que boa parte dos institutos federais
330 no Brasil estavam adotando essa medida. Destacou que o processo de segurança era
331 algo real em todos os *campi*, por isso havia a necessidade do Conselho como
332 instância máxima de deliberação e por sua composição de ideias, discutir e fazer
333 encaminhamentos que garantisse maior segurança ao retorno presencial. Disse que
334 o Comitê de Risco poderia dar um norteammento técnico sobre a situação, e destacou
335 o receio por parte de alguns e resistência por parte de servidores que tinham
336 posicionamentos ideológicos sobre a questão. Quanto ao uso das máscaras (N95 e
337 PFF2), Stânio lembrou que no Plano apresentava-o como parâmetro norteador a ser
338 adotado como meio de maior proteção ao vírus. Disse que até o momento não

339 tinham posicionamento de qual o tipo de máscara deveria ser adotada no retorno.
340 Destacou que as máscaras que estavam sendo analisadas para uso nos *campi* eram
341 comprovadamente (por membros do comitê de risco) máscaras que não ofereciam
342 proteção. Quanto ao transporte dos estudantes até os *campi*, lembrou que muitas
343 unidades eram afastadas da área urbana necessitando de um controle maior do
344 processo para evitar aglomeração (um dos meios de contaminação), por isso,
345 justificou, que era fundamental um encaminhamento técnico do Consup para que
346 houvesse um processo de melhor enquadramento e não um processo
347 descoordenado, afinal estavam lidando com vidas, uma questão de saúde pública,
348 de pandemia. Disse que tinha absoluta certeza que os conselheiros eram pessoas
349 com perspicácia, o bastante para entender todo o contexto que estavam vivendo,
350 mesmo que houvesse motivações ideológicas, acreditava que essas seriam contexto
351 de exceção até mesmo por desconhecimento. Disse que na grande maioria os
352 conselheiros buscavam o melhor bem comum, por isso solicitou a inclusão da pauta
353 para que pudessem ter um retorno presencial com segurança, o que era
354 fundamental. O conselheiro Pietro ressaltou a importância da reflexão do assunto
355 apresentado, disse que as ações administrativas estavam sendo assertivas para
356 garantir e assegurar a tranquilidade de todos os membros e comunidades dos *campi*
357 do IFTO. Aproveitou o ensejo e apresentou algumas informações referente ao
358 *Campus* Dianópolis que acreditava se estender a todos os outros *campi*. Quanto a
359 como proceder com relação ao passaporte vacinal, informou que que através do
360 aplicativo do SUS poderiam comprovar a vacinação, e que esta orientação seria
361 repassada a toda à comunidade com tempo hábil para que pudessem fazer a
362 apresentação do cartão de vacina no momento oportuno, quando solicitado. Com
363 relação às máscaras, reforçou que a preocupação era muito interessante, mas que
364 no âmbito do IFTO as que seriam utilizadas eram a tipo PFF2, garantindo a proteção,
365 bem como outros insumos que seriam disponibilizados e mapeados pela
366 Instituição como estações de higienização de mãos, entre outras medidas protetivas,
367 inclusive a conscientização a todos os membros para que fizessem uso adequado de
368 todos os insumos, quanto ao contágio físico e distanciamento. Reforçou a
369 importância da vacina, e disse que no âmbito da administração decisões assertivas
370 estavam sendo tomadas para assegurar e tranquilizar a todos os *campi* do IFTO. O
371 conselheiro Jonierson explicou como estava sendo o retorno no *Campus* Araguaína.
372 Disse que já se fazia uma semana que haviam voltado às aulas. Destacou que o
373 retorno estava sendo um momento de muita alegria tanto dos alunos como
374 servidores, todos estavam empolgados com o retorno presencial. Informou que
375 estavam tomando todas as medidas de segurança como uso de máscara, álcool em
376 gel entre outras. Informou que sempre foi favorável ao retorno. A conselheira
377 Míriam tranquilizou os conselheiros e toda a comunidade, informando a criação do
378 subgrupo composto pelo pessoal da saúde e parte do Comitê de Risco, ela e
379 Marilene Sepulveda, Pró-reitora de Assuntos Estudantis. Disse que o subgrupo
380 analisou novamente o documento, pois como a pandemia era dinâmica e muitas
381 mudanças ocorreram, e que constantemente deveriam fazer essa revisão no
382 documento. Quanto à revisão dos indicadores e parâmetros, Míriam citou que o
383 percentual 70% não estava mais sendo considerado como principal, que todas as
384 unidades já tinham recebido as máscaras PFF2 recomendada para uso, e que os
385 estudantes e servidores estavam recebendo as máscaras. Informou que as
386 comissões locais estavam trabalhando nesse sentido de análise e por isso
387 determinando os retornos. Informou que no *Campus* Avançado Pedro Afonso já
388 tinham adotado o ensino híbrido desde da aprovação da Portaria 766 de agosto de

389 2020, seguindo os parâmetros e indicadores, e que ainda assim os estudantes
390 estavam muito ansiosos com o retorno. Se disponibilizou para assessorar a unidade
391 que precisasse quanto ao ensino híbrido, pois além do *Campus* Avançado Pedro
392 Afonso ter experiência no modelo híbrido ela também fazia parte da subcomissão
393 dentro do comitê de risco. O conselheiro Stânio pediu que a conselheira Miriam
394 socializasse sobre o porquê do Comitê de Risco ter desconsiderado o percentual de
395 70% para imunização, lembrou que o percentual de 70% aprovado no dia vinte e
396 nove de outubro, no Plano de Retorno Gradual, foi baseado no norteamento da
397 OMS a partir de condições técnicas científicas. Disse que o trabalho do comitê tinha
398 sido muito perspicaz, mas que a redução dos 70% era algo que o preocupava.
399 Externou que seu posicionamento era em busca dos melhores parâmetros de
400 segurança para o retorno presencial, pois estavam em um cenário de exceção. O
401 conselheiro Klaus registrou que o “meio” das reuniões virtuais do Conselho era
402 ineficiente. Disse que a aprovação do Plano no dia 29 de outubro não era um faz de
403 conta, mas sim uma regra que deveria ser instalada por quem no IFTO tivesse a
404 competência, ou seja, o Conselho. Disse que doía na alma escutar a diretora do
405 *Campus* Avançado Pedro Afonso, que o comitê de risco havia se reunido e deliberou
406 e aprovou que não usaria mais o critério de 70% de imunização para o retorno às
407 atividades presenciais. Ressaltou que o Comitê de Risco não era deliberativo, apesar
408 da função extraordinária, importante e fundamental de caráter orientativo.
409 Destacou que só o Conselho poderia mudar o Plano. Lembrou que desde a
410 aprovação do Plano, na reunião do dia vinte e nove de outubro, o Conselho não foi
411 mais convocado para tratar de sua atualização, mesmo com solicitações enviadas.
412 Destacou que dirigentes estavam perdidos sem saber se seguiam ou não o Plano e o
413 Conselho não havia sido convocado para tratar do assunto, que estava se sentindo
414 agredido. Disse que não se candidatou para a reeleição por conta da agressão
415 sofrida (não se convocar o Consup) que até o momento não tinha sido esclarecido se
416 haveria a votação para o ponto solicitado por ele (quórum de convocação) no início
417 da reunião. Lembrou que pediu que se não fossem pautar, que colocassem em
418 votação, pois se tratava de democracia. Pediu perdão por ser tão incisivo, mas
419 explicou que era uma questão de democracia, pois tinham um conjunto de
420 conselheiros que queriam trabalhar e se dedicar, mas sem convocação do Conselho
421 não poderiam fazer nada. Disse que a fala “os 70% não estão sendo mais
422 observados” era muito perigosa, e questionou o porquê, já que foi uma aprovação
423 do Conselho. Reiterou a fala do conselheiro Stânio de que o Conselho precisava da
424 orientação da Sara e do Comitê de Risco explicando inclusive porque os 70% haviam
425 caído e se o Comitê concordava com isso. Disse que cada *campus* estava correndo
426 para um lado, que o IFTO estava como barata tonta. Destacou que o *campus* Palmas
427 estava seguindo o Plano de retorno e que por isso os 70% seriam mantidos, pois a
428 autoridade máxima, órgão máximo consultivo e deliberativo do IFTO era o Consup,
429 no entanto não se pautou no Consup a temática. Citou a Portaria nº 36, de 11 de
430 fevereiro de 2020, como algo gravíssimo em que o reitor do IFTO estabeleceu a
431 cobrança do passaporte de vacinação. Disse que não questionava o mérito, pelo
432 contrário parabenizava, mas que era competência do Consup. Disse que a ideia do
433 Conselho quanto ao encaminhamento à Procuradoria era que a questão retornasse
434 ao Consup para discussão e amadurecimento da ideia, levantar proposições, enfim,
435 democracia. Disse que se o conselheiro Stânio não tivesse solicitado a inclusão da
436 pauta não teriam falado de retorno gradual na reunião, daí a importância da quebra
437 do monopólio do quórum convocatório no Consup. Reiterou que o feedback do
438 comitê de risco era fundamental. Finalizou dizendo que a situação tratava-se de

439 ausência de democracia. O conselheiro Flávio Eliziário reforçou os trabalhos
440 realizados desde o início da pandemia, principalmente o do Comitê de Risco que
441 sempre forneceu as informações técnicas. Disse que o parâmetro dos 70%, que era
442 inclusive uma preocupação dele, também foi alterado conforme parecer técnico.
443 Citou o cuidado da realização de uma pesquisa com todos os segmentos da
444 comunidade para verificar se o número que exigia, os 70%, estava sendo seguido
445 dentro da comunidade e que o resultado da pesquisa demonstrou a conscientização
446 da comunidade em todos os segmentos no *Campus* Paraíso do Tocantins. A
447 Vacinação (2ª dose) estava bastante avançada, com índices de mais de 90% de
448 servidores e alunos e 100% dos terceirizados, o que era uma informação relevante
449 para análise da comunidade e compreensão da dimensão da sua
450 conscientização. Disse que somado a tudo isso no processo (pediu ao Milton que
451 colocasse o número do processo do comitê de risco no chat) estava descrito que
452 decisão quanto a não utilização do critério de 70%, dado à novas situações da
453 pandemia, situações técnicas altamente discutidas não somente no âmbito do IFTO,
454 mas também em outras instituições de ensino. Disse que foi tomada principalmente
455 porque ao se adotar também o comprovante de vacinação dentro da unidade teriam
456 ainda mais uma segurança no retorno, sendo que para aqueles que não
457 apresentassem o comprovante se daria a oportunidade de também participar das
458 atividades da instituição apresentando o teste. Disse que o retorno se dava com
459 base em critérios técnicos e científicos, e que o comitê de forma muito sábia
460 determinou também a observação da situação local, porque o ente federativo do
461 município seguia critérios próprios sanitários, que deveriam servir de referência.
462 Disse que visitou algumas escolas para ter cuidado, verificar como estavam
463 funcionando e seguir todos os critérios. Disse que o grande desafio era a
464 conscientização de toda a comunidade e a observação dos critérios de
465 biossegurança, pois já sabiam que a transmissão poderia se dar de ambas as partes,
466 então mesmo as pessoas vacinadas deveriam seguir as medidas corretas, dando o
467 exemplo como a utilização de máscara, higienização das mãos e distanciamento
468 social. Citou que a máscara que seria utilizada pelo IFTO tinha 99,99% de eficácia,
469 mais uma garantia de que estavam seguindo todos os parâmetros. Informou que as
470 discussões foram feitas dentro das próprias unidades de acordo com suas realidade
471 e fluxos de trabalho. Parabenizou a equipe do comitê de riscos. Com base na
472 composição do comitê (profissionais da área da saúde), na ciência, em critérios
473 técnicos, nas referências, em outras instituições de ensino, nas situações locais, nos
474 critérios sanitários e em outros entes federativos, considerando todas essas
475 situações e a busca por informações e conhecimento afirmou que o retorno era uma
476 tomada de decisão assertiva para minimizar todos os impactos da pandemia,
477 garantindo a segurança dos estudantes que tinham o direito ao ensino presencial
478 dentro do IFTO. A conselheira Ruth destacou o papel efetivo do Comitê de Risco.
479 Disse que sua fala não foi no sentido de questionar o trabalho eficiente e de
480 qualidade realizado. Quanto à transmissão de ambas as partes, mencionada
481 também pelo conselheiro Flávio, disse que provavelmente estava acontecendo numa
482 imensidão, e que o Consup estava desempenhando um papel figurativo no processo.
483 Disse que naquele momento como conselheira se abstinha de qualquer decisão, pois
484 não viu efetivamente nos últimos tempo a participação do Conselho na construção
485 do processo do retorno. Esclareceu que não estava questionando as decisões do
486 Comitê, que estava desenvolvendo o seu papel, ao contrário do Conselho, o que
487 para ela era uma pena, pois acreditava que todos tinham muito a contribuir.
488 Lembrou que já havia mencionado o quanto achava diferente os níveis de

489 autonomia dos *campi*, inclusive em temas de abrangência e relevância unificada na
490 população, como a questão da covid. Disse que por se sentir efetivamente figurativa
491 no processo, em caso de deliberação não deliberaria, pois não havia participado do
492 processo construtivo. Outra observação feita pelo presidente foi que uma vez
493 elaborado o planejamento, cada unidade deveria remetê-lo para apreciação da
494 Reitoria e não para apreciação do Conselho Superior. Disse deveria ser remetido
495 para apreciação e aprovação do reitor e ouvido o comitê de riscos da instituição em
496 caso de necessidade. Recordou que o Plano também estabelecia competência ao
497 Comitê de Riscos para análise de excepcionalidade e não ao Conselho Superior,
498 trazia que a consulta para tomada de decisões deveria ser feita ao Comitê de Riscos.
499 A conselheira Mírian complementou sua fala anterior com a leitura de parte
500 do Ofício nº 2/2022/PORT/72/2022/REI/IFTO, de 03 de fevereiro de 2022, em que a
501 comissão respondeu a um questionamento sobre a questão dos 70% da vacinação, a
502 saber: "Esta comissão esclarece que o parâmetro norteador 1 (item 2.2 do Plano de
503 Retorno), que trata da imunização por meio da vacinação, foi estudado, analisado e
504 indicado em um momento distinto do momento atual. Na ocasião, a vacina não
505 havia sido disponibilizada para o público adolescente (apenas para maiores de 18
506 anos), representante de uma parcela significativa dos estudantes do IFTO. Portanto,
507 vislumbrando a proteção dos nossos estudantes menores de idade, entendeu-se que
508 a vacinação acima de 70% da população, conforme orientação da OMS, poderia
509 configurar um cenário mais favorável para um retorno seguro às atividades
510 presenciais. No entanto, considerando que a pandemia é dinâmica e as atualizações
511 das orientações são necessárias; considerando que atualmente a vacinação está
512 disponibilizada para o público acima de 5 anos de idade; considerando que toda a
513 comunidade acadêmica do IFTO é elegível para a vacinação; considerando a
514 permissibilidade de cobrança de comprovante de vacinação para entrada e
515 permanência do público interno e externo nos espaços institucionais; Diante do
516 exposto esta comissão entende que não há necessidade de alteração da população
517 de referência, e sim a retirada deste parâmetro como indicativo para o retorno
518 presencial das atividades no âmbito do IFTO, tendo em vista a cobrança de
519 comprovante de vacina com esquema vacinal completo para COVID-19 para acesso e
520 permanência na instituição, para o público interno e externo, e ressaltando a
521 importância de campanhas que incentivem a vacinação. Ainda, reforça a
522 necessidade de monitoramento e avaliação técnica dos indicadores epidemiológicos
523 e dos critérios básicos de biossegurança (uso de máscara apropriada,
524 distanciamento social, melhora na qualidade do ar, monitoramento de casos
525 suspeitos, confirmados e contactantes, e demais medidas protetivas orientadas no
526 Plano de Retorno Gradual do IFTO)". Mírian disse que esperava ter sanado a dúvida
527 do conselheiro Stênio e contribuído com a discussão com a leitura feita. O
528 presidente respondeu a conselheira Ruth (que perguntou no chat se haveria
529 deliberação) que não haveria deliberação, apenas discussão. O conselheiro Klaus
530 exemplificou citando que no *Campus* Araguaína uma grande amiga, Andréia, que
531 inclusive faria parte da próxima composição do Consup se contaminou pela covid no
532 âmbito do *campus* Araguaína assim que retornou às suas atividades presenciais. A
533 conselheira Ruth solicitou que sua fala fosse registrada na íntegra em ata: "enquanto
534 conselheira me sinto figurativa no processo de deliberação do retorno às aulas
535 presenciais. Também reafirmo que a participação deste Consup na última etapa de
536 retorno às aulas foi figurativo". O presidente observou que em algumas falas os
537 conselheiros não se atentaram para o regimento vigente na instituição e esta
538 ausência de observação acabou levando à interpretações equivocadas e a

539 disseminação dessas interpretações. Enfatizou que o Conselho teve papel
540 fundamental na elaboração do planejamento de retorno gradual da instituição, ou
541 seja, foi o conselho que em outubro de 2021 aprovou o Plano de retorno gradual, e
542 que a participação dos conselheiros não foi figurativa. Lembrou que a elaboração do
543 documento iniciou entre final de maio e início de junho de 2021, por um grupo
544 formado dentro do comitê de riscos, findado o trabalho desse grupo o Plano foi
545 levado ao pleno do comitê de riscos e aprovado naquela instância (também
546 deliberativa dentro das suas competências). Acentuou que o Consup era a Instância
547 deliberativa máxima da instituição, mas não era a única, e que cada uma toma
548 deliberações dentro das suas competências. Continuou rememorando que após
549 aprovado no Comitê de Riscos, o documento foi submetido ao Conselho Superior,
550 onde foi aprovado por unanimidade, após participação e discussão dos
551 conselheiros. Esclareceu que uma vez aprovado, o documento passou a valer no
552 IFTO e foi encaminhado à todas as unidades para que observassem e dessem
553 sequência no planejamento para o retorno presencial, dado os parâmetros
554 estabelecidos no documento. Destacou que o documento levou respeito à
555 autonomia de cada uma das unidades, algo tão defendido pelos gestores quanto por
556 todos os segmentos da comunidade. Recordou que cada uma das unidades recebeu
557 autoridade do plano de retorno gradual aprovado no Conselho, autonomia de
558 realizar o seu planejamento, análise dos cenários locais e estabelecimento do passo
559 a passo para o retorno presencial, inclusive o cronograma da entrada ou não em
560 cada uma das fases. Disse que estava faltando a compreensão dos colegas
561 conselheiros para o que havia sido aprovado em outubro. Destacou que observou ao
562 longo do período, principalmente a partir janeiro, que os conselheiros careciam de
563 um retorno de discussão ao Conselho, para que as tomadas de decisões pudessem
564 ser tomadas, mas que a tomada de decisão que cabia ao Conselho já havia sido feita
565 em outubro. Lembrou que em dezembro o cenário pandêmico apontava que com a
566 evolução do número de vacinados e a redução do número de casos, em início de
567 fevereiro teríamos um cenário que se enquadraria naquilo previsto no Plano de
568 Retorno Gradual aprovado em outubro, para que o retorno se desse de forma segura
569 nas unidades. Lembrou que naquele momento a vacinação dos adolescentes já tinha
570 se iniciado (público prioritário do IFTO), por isso, havia-se projetado que até
571 fevereiro já teriam tomado a segunda dose, com a redução do número de casos
572 estaria tudo certo para o retorno. Por isso algumas unidades começaram desde
573 então a indicar para comunidade que fariam o retorno presencial no início do mês
574 de fevereiro, até para que todos tivessem tempo de se planejar. Destacou que na
575 instituição existiam cenários distintos, inclusive estudantes que residiam em outros
576 municípios demandando deslocamento, entre outras coisas, por isso iniciaram as
577 sinalizações das unidades conforme autonomia determinada à cada uma. Enfatizou
578 que só no final de dezembro de 2021 a OMS reconheceu a nova variante (ômicron).
579 Disse que em função do aumento do número de casos (elevação significativa do
580 número de casos em janeiro), logo no início do ano algumas medidas fossem
581 tomadas: Conforme o Plano de Retorno Gradual e a autonomia dada às unidades,
582 solicitou-se o planejamento de cada um para o retorno presencial. Estabeleceu-se o
583 prazo de entrega e, recebidos os planos, convocou-se de imediato uma reunião
584 extraordinária do Comitê de Riscos (porque o plano de retorno gradual estabelecia
585 que a competência para tomada de decisão era do Comitê), na verdade do reitor
586 ouvido o Comitê de Risco. Informou que na reunião do Comitê no dia 25 de janeiro a
587 análise do cenário (lembrou que a reunião estava disponível para toda a
588 comunidade no YouTube) foi apresentada pela equipe técnica (destacou o trabalho

589 da equipe técnica na área de saúde que proporcionou muita tranquilidade nas
590 tomadas de decisão). Destacou que a instituição não apenas seguia reportagens e
591 publicações de outros locais, mas sim que as análises para tomada de decisão no
592 IFTO estavam sendo elaboradas pela própria equipe que buscava informações
593 estatísticas, analisava essas informações e apresentava a síntese no Comitê.
594 Recordou que no dia 25 de janeiro foi entendido que não havia contexto ideal para o
595 retorno presencial. Disse que a decisão, apesar de que o Plano de Retorno Gradual
596 dava autonomia para as unidades, se deu porque o mesmo documento dizia que
597 quem deveria aprovar o Plano ou não era o reitor ouvido o Comitê de Riscos, que
598 entendeu que não havia cenário para o retorno. Suspendeu-se então por 15 dias as
599 atividades presenciais no IFTO, frustrando a expectativa de quem estava se
600 preparando para o retorno no início de fevereiro, mas respeitando o aspecto de
601 segurança para todos. Mencionou que em ato contínuo foi tomada outra decisão,
602 porque dada análise elaborada pelo Comitê de Risco, entendia-se que a curva de
603 contaminação estava atingindo o pico e dentro dos próximos 15 dias começaria uma
604 retração no número de casos, por isso estabeleceu-se o período de 15 dias,
605 constituído um novo grupo de trabalho para avaliar o Plano estabelecido ou as
606 orientações gerais nele contidas em função da dinamicidade da pandemia. Acentuou
607 que as orientações precisavam ser observadas, pois os indicadores constantes do
608 Plano não podiam ser interpretados de modo isolado e nem de modo literal, que
609 precisavam ser colocados em um contexto. Evidenciou que respeitava as posições e
610 compreendia que eventualmente nem todos tinham formação técnica suficiente
611 para analisar o contexto no cenário pandêmico assim como ele. Inteirou que ao
612 grupo de trabalho então criado, foi repassado os questionamentos elaborados por
613 alguns *campi* do IFTO, em relação a dúvidas de interpretação do Plano. Disse que
614 essas dúvidas foram formuladas, consolidadas em documento e encaminhado ao
615 grupo de trabalho para que pudesse respondê-lo. Em resposta a um dos
616 questionamentos que tratava dos 70% de vacinados no público do Estado do
617 Tocantins e em função do apagão nas informações desde 15 de dezembro até o final
618 de janeiro (não foi divulgado informações de vacinados no Tocantins durante este
619 período) o grupo interpelou a possibilidade de alterar o parâmetro (de estadual
620 para local) e os impactos dessa alteração. Ao fazer a análise desse questionamento o
621 grupo de trabalho observou que o cenário pandêmico já tinha mudado e que não
622 fazia sentido manter a observância do parâmetro no contexto em que a pandemia se
623 encontrava, desde que analisassem outros fatores, fizessem uma análise conjunta do
624 Plano e não a análise isolada de um indicador. Disse que a orientação foi levada ao
625 Comitê de Riscos que analisou no âmbito geral, aprovou e remeteu à Reitoria
626 seguindo o que estava previsto no Plano de Retorno aprovado pelo
627 Consup. Esclareceu que não foram suprimidas instâncias, nem protagonismo de
628 nenhuma das instâncias na Instituição, mas sim seguido o que estava aprovado.
629 Reiterou que em caso de dúvidas formalizassem não para burocratizar o processo,
630 mas diante das dúvidas essencialmente provocadas por interpretações pessoais do
631 objeto e apenas a verbalização você dificultava a colheita de outros elementos que
632 fundamentasse a posição apresentada. Pediu que além de achar que o
633 protagonismo do Consup estava sendo suprimido no processo, que apresentassem e
634 fundamentassem a decisão tomada, que deveria ter sido tomada pelo Conselho em
635 face do que o Regimento e ou o Plano dispunham. Evidenciou que de posse desses
636 elementos fundamentados teria melhor condição de retorno, fundamentando o
637 ponto de vista adotado pela gestão. Disse que assim discutiriam com base em
638 fundamentações e estariam amparados nos regulamentos institucionais e não

639 apenas em concepções pessoais. Quanto às máscaras e outros elementos, reforçou
640 que as máscaras adquiridas ainda em 2020 eram do tipo PFF2 e estavam disponíveis
641 para toda a comunidade (estudantes, servidores efetivos e terceirizados) e que já
642 haviam sido enviadas às unidades, que a medida que retornassem presencialmente
643 estaria disponível para retirada e acesso os de todos. Reforçou que a quantidade era
644 suficiente e que com o passar do tempo seriam adquiridas mais (questão de
645 validade). Quanto ao álcool, tapetes sanitizantes e dispenser de álcool, comunicou
646 que todos já haviam sido encaminhados às unidades e que estavam iniciando uma
647 nova etapa de produção de álcool em gel, para que ao retornar na plenitude não
648 faltasse o material nas comunidades. Em relação à adoção da apresentação do
649 comprovante de vacinação citado pelo conselheiro Klaus, comunicou que a medida
650 tomada pela Reitoria, especificamente pelo reitor do IFTO, observadas as
651 considerações de outras instâncias como o Comitê de Risco e inclusive parecer e
652 nota técnica jurídica emitidos pela Procuradoria. Informou que a Advocacia Geral da
653 União (AGU) apesar de achar que o passaporte não deveria ser cobrado, entendia e
654 respeitava a autonomia da Instituição em tomar decisão distinta e que cabia ao
655 reitor essa tomada de decisão, e não ao Conselho Superior. Destacou que a decisão
656 tomada pelo reitor foi indicada pelo comitê de riscos, e que o Consup quando
657 discutiu o tema entendeu por deliberação que era importante que houvesse amparo
658 jurídico. Afirmou que o Conselho não foi suprimido do processo, pois não tomou a
659 decisão sozinho, que o mérito foi levado a todos que participaram do processo, mas
660 reforçou que juridicamente a responsabilidade da tomada de decisão competia ao
661 reitor. Novamente frisou que esses elementos precisavam ser observados ao tratar
662 do tema e pediu mais uma vez que havendo dúvidas formalizassem, pois desta
663 forma facilitariam a resposta fundamentada que levasse segurança maior todos os
664 envolvidos. O conselheiro Klaus apresentou alguns pontos em que discordava do
665 presidente. Em uma retrospectiva, lembrou que no dia 29 de outubro o Conselho
666 Superior se reuniu e aprovou o Plano de Retorno Gradual das Atividades Presenciais,
667 e que depois disso foi de fato figurativo assim como dito pela conselheira Ruth,
668 porque a partir de então o Conselho Superior do IFTO, que tinha competência
669 deliberativa e consultiva, não foi mais consultado a respeito da questão, tratando-se
670 de figuração. Disse que o presidente ao fazer sua fala e tentar mascarar essa
671 figuração imposta ao Consup, ofendia na medida em que foram cobradas reuniões
672 do Consup por conselheiros para tratar do tema e não foi permitido por conta do
673 monopólio convocatório. Disse que o Conselho Superior não servia só para deliberar
674 o que uma ou outra pessoa quisesse, pois se tratava da maior Instância democrática
675 do IFTO, onde os debates deveriam ser travados. Perguntou a que projeto convinha
676 silenciar o consumo. Disse que não concordo de jeito nenhum que o Comitê de
677 Risco e o reitor do IFTO tivessem procuração do Consup para mudar o Plano de
678 Retorno Gradual aprovado pelo Conselho. Assim como colocado pelo presidente,
679 Klaus disse que o Comitê de Risco tinha função fundamental e que rendia todas as
680 suas homenagens ao Comitê. Citou uma das posturas fundamentais do Comitê - ter
681 assegurado alguns dirigentes que estavam no afã de retornar de acordo com critérios
682 que não passaram pelo Consup. Disse que o Plano de Retorno não deu carta branca
683 para que os diretores o mudassem, e que o Comitê de Risco deliberou em cima da
684 hora e que diretores de *Campus* determinaram retorno de suas unidades passando
685 por cima do bom senso e das pactuações da reunião de outubro. Pediu que não
686 chamassem o retorno de uma forma abrupta, porque tinha estudante que estava no
687 Maranhão e no interior do Tocantins, pois voltaram para suas casas na pandemia e
688 que precisariam de tempo para se readequarem ao ensino remoto que havia sido

689 datado e em cima da hora foi cancelado pelo Comitê (atuação brilhante de acordo
690 com Klaus). Disse que não havia outra interpretação legal possível a não ser a de
691 afirmarem que não cabia ao reitor mudar o Plano de Retorno Gradual, pois não
692 estava escrito no Plano, que nele não dizia que diante de alterações no cenário
693 pandêmico o reitor tomaria a decisão que ele quisesse ouvindo Comitê de Risco, que
694 não estava no plano, por isso não era verdade. Disse que o reitor, presidente do
695 Consup, fez o Consup se agachar numa postura de figuração justamente nesse
696 ponto. Questionou o porquê não convocar a instância que era cabível no Consup
697 para deliberar. Citou que os estudantes e professores membros do Consup
698 (representantes discentes e docentes) solicitaram reunião, e perguntou o porquê de
699 não ter convocado mesmo com todas as solicitações. Relembrou que então a última
700 participação do Consup quanto ao tema foi em 28/10 e que por isso estava tendo
701 tanta crítica. Reiterou que não foi dada autonomia para o reitor para mudar o Plano
702 de Retorno, que não tinha isso no Plano. Pediu que lessem o trecho do Plano que
703 menciona isso. Disse que o Comitê de Risco tinha função deliberativa interna, que os
704 membros votavam a respeito das orientações dadas, porém não podiam confundir
705 com a função do Consup que deliberava e pronto acabou. Disse que um plano, um
706 planejamento, não era um documento fechado que precisava ser revisto, pois o
707 meio, o ambiente externo mudava e tinham que mudar as regras também. Disse que
708 não estava questionando o mérito, mas sim a forma “quentinha” que estava sendo
709 convocada para discutir a realidade pandêmica e os impactos disso no IFTO,
710 rememorou que esta competência era do Conselho. Questionou por que o Conselho
711 Superior não foi convocado extraordinariamente, já que os conselheiros estavam
712 ansiosos para isso, para debater e contribuir, e que estavam sendo cobrados. Disse
713 que a fala do professor Antonio, presidente do Consup, reitor do IFTO, não poderia
714 exemplificar mais do que estava tentando dizer a todo tempo: “trata-se de perfil de
715 gestão, trata-se de como a pessoa enxerga o meio, a coletividade e se enxerga, trata-
716 se de autoritarismo”. Para Klaus, um reitor que diz que decidirá ouvindo o comitê de
717 risco, deixava os membros do Consup chateados por não se enxergarem e não
718 saberem a competência que tinham e o que aprovaram. Destacou que estava
719 chateado se sentindo figurativo sim, assim como os colegas, pois tinham consciência
720 do documento que aprovaram e que no documento não tinha procuração. Disse que
721 quando o reitor baixou a portaria, implementando o passaporte vacinal, no mérito
722 acertou, mas que quem tinha que se pronunciar era o Conselho, pois não adiantava
723 colocar um “considerando” dizendo que o Conselho queria assim, porque ninguém
724 garantia que o Conselho não avançaria um pouco mais na matéria. Disse que
725 acredita que sim, e que inclusive tinha propostas para a portaria, que ficariam para o
726 nunca mais, porque era sua última participação no Conselho. Pediu desculpas a
727 quem havia votado nele, justificou que não conseguiu ser ouvido e que teve um
728 papel figurativo, mas que lutou até onde pôde, no entanto fantasiou o nível de
729 democracia que tinha no IFTO. A conselheira Ruth disse que a sua fala e posição
730 eram isentas ao que o Comitê de Risco havia construído. Disse que não queria tratar
731 disso pois parabenizava e reconhecia todo trabalho. Disse que a sua fala sem dúvida
732 nenhuma era do chão que pisava, das suas experiências e acompanhamentos com
733 base na sua caminhada dentro do Conselho. Pediu que o presidente não tomasse
734 por questões pessoais, pois não era, mas sim pelo comprometimento e pela decisão
735 da Federação ser parte do Conselho. Disse que tudo caminhava dentro do que tinha
736 sido construído em outubro, até que as coisas começaram a tomar corpo. Disse que
737 a comunidade externa tinha que cobrar posicionamento e coragem de seus
738 representantes para que o debate não ficasse entre duas ou três pessoas. Destacou

739 que tinha coisas que poderia não entender, partes do processo, e que por isso
740 poderia estar equivocada, no entanto, o Conselho era o topo da pirâmide do
741 processo do Instituto Federal e que as pessoas precisavam se posicionar inclusive
742 para dizer quando os conselheiros estavam errados. Disse que o presidente tinha
743 suas razões, porém compreendia com as suas limitações que faltou diálogo e
744 construção, que até outro dia se tinha no Conselho e que desandou com a eleição de
745 reitor. Desabafou “essa eleição de reitor foi uma desgraça nas relações dentro do
746 Conselho, por não saber dialogar, negociar, virou um inferno”. Ressaltou que
747 poderiam ter dialogado e evitado o transtorno. Citou que recebeu diversas
748 cobranças sobre o retorno presencial e que grupos de estudantes estavam dizendo
749 que não queriam o retorno presencial porque professores do Instituto estavam
750 muito cômodos no ritual nos seus Estados. Pediu que não a tomassem por massa de
751 manobra, pois era uma mulher de posição. Citou que o momento de sua
752 desestruturação no Conselho foi quando falaram mal da representação dos
753 estudantes no grupo de whatsapp do Conselho e não houve defesa nenhuma,
754 sequer dos próprios estudantes. Frisou que sua angústia se tratava da falta de
755 diálogo e que não faria documento formal se não havia debatido. Reafirmou que sua
756 fala foi um desabafo da sua angústia. O conselheiro Flávio Eliziário disse que o
757 Conselho era realmente muito democrático, que se sentia participante, que em
758 nenhum momento sua fala havia sido tolhida, agradeceu a oportunidade, e pediu
759 que observassem a questão de ordem da pauta, pois estavam fugindo da proposta
760 de discussão do conselheiro Stânio. Após os esclarecimentos o presidente solicitou,
761 àqueles que não tivessem ficado totalmente satisfeitos, que apresentassem
762 justificativa formal para análise dos pontos de divergência e havendo entendimento
763 distinto do que estava sendo colocado certamente teriam condições de rever os
764 direcionamentos. Destacou que não se opunha a fazer isso desde que fossem
765 apresentada de modo fundamentado. O conselheiro Stânio disse que o objetivo
766 principal do ponto importante, era tentar proporcionar uma democratização da
767 discussão levando-a para comunidade para que todos pudessem refletir sobre suas
768 ações e atuações, afinal foram eleitos para poder destinar compromisso com a
769 comunidade. Externou o desejo de que as ações realizadas durante os dois anos de
770 trabalho da próxima composição do Consup fossem realmente vistas, de uma
771 melhor comunicação e maior democratização dos encaminhamentos. Disse que o
772 papel do Consup era fundamental e que acredita que a próxima gestão tivesse
773 visibilidade e refletissem sobre esses pontos. Ressaltou que às vezes a forma dos
774 encaminhamentos fazia com que acabassem perdendo certas situações, mas que o
775 mérito era interessante, ressaltou que muitos encaminhamentos dispositivos foram
776 feitos durante o seu mandato como conselheiro, além do grande aprendizado e a
777 experiência adquiridos. Frisou que o bem comum obtido era o fortalecimento da
778 instituição. Disse que esperava e torcia para que os próximos conselheiros e
779 conselheiras tivessem de fato processo a necessidade cada vez mais de
780 democratização da educação nacional. Agradeceu a todos que compartilharam
781 ideias e disse que esperava que os colegas que estavam chegando pudessem de fato
782 seguir da melhor forma possível. Klaus se dirigiu aos professores que o elegeram
783 para representá-los no Consup, primeiramente a eles, e posteriormente em
784 conjunto aos estudantes, técnicos e comunidade externa do IFTO. Disse que foi um
785 prazer enorme e um aprendizado muito a sua participação no Conselho Superior de
786 modo que agradecia profundamente a todos e a todas. Estendeu o agradecimento a
787 todos os colegas do Consup, iniciando pelo professor Antônio da Luz, presidente do
788 Consup e reitor do IFTO, que debateu de forma incisiva eventualmente, mas claro

789 sempre tendo a democracia como o beneficiário em todos os momentos de
790 divergência e nos momentos em que concordaram, mais ainda. Agradeceu
791 também aos demais membros. Disse que o Conselho tinha uma função muito
792 importante, pois além de ser o maior órgão deliberativo e de estabelecimento das
793 normas institucionais, tinha a função de ambientar os maiores debates
794 institucionais, afinal não era atoa que eram eleitos para estarem ali. Citou as
795 cobranças e as informações que firmavam essa representação, disse que o exercício
796 dessa representação só poderia acontecer com a instalação do Consup (convocado e
797 pautadas as discussões). Registrou três eventos que estavam ficando para que a
798 próxima composição tratasse, e por isso disse que se acalmava, a saber: a questão
799 do regulamento de inclusão do IFTO, aprovado com a condição de retorno para
800 pauta, que infelizmente o regulamento não abordava o tema com propriedade, não
801 tinha sido possível naquela composição aprovar um documento condizente com o
802 que merecia a comunidade. O outro ponto era Regimento de trabalho dos
803 docentes, no qual gostaria muito de tecer algumas contribuições ao documento. O
804 outro documento que Klaus disse lamentar, era justamente o Regulamento da
805 Política de Assistência Estudantil. Disse que acreditava muito na necessidade de
806 implementação no âmbito da política institucional de assistência estudantil o comitê
807 gestor, formado por técnicos e técnicas da área oriundos de cada campus do IFTO,
808 com autonomia para para ditar a política para depois geri-la, inclusive por meio da
809 distribuição do recurso anual para assistência estudantil. O quarto ponto citado por
810 Klaus foi a sua grande frustração quanto ao monopólio convocatório do Conselho
811 Superior do IFTO. Disse que isso não era errado, pois estava no Regulamento Interno
812 do Conselho Superior, artigo 9º, que o quórum de convocação era de dois terços dos
813 seus membros (66,66%) o que de acordo com Klaus era impossível, visto que dada a
814 distribuição da rede das representações, nunca teriam esse quórum. Disse que a
815 outra alternativa era o presidente do Consup convocar, por isso, justificou que
816 sempre dizia que era o monopólio convocatório, ressaltou que nunca foi para
817 ofender qualquer pessoa do Consup, mas o quesito no artigo 9º ofendia, que era o
818 Regimento que ofendia a democracia, por isso, gostaria muito que tivesse sido
819 pautado a redução do quórum de convocação de dois terços para 50%, mudando o
820 artigo 9º. Disse que era a quinta reunião que ele tratava do assunto, que poderiam
821 pautar uma votação, mas que ficaria mais emblemático para comunidade ver como
822 que o nível de democracia no IFTO precisava aprimorar. Disse que por várias vezes
823 falou que se não pautasse, colocasse em votação, mas que o ignoraram. Deixou sua
824 despedida sendo ignorado e agradeceu novamente a todos que o propiciaram
825 aquele momento, debateram e construíram tanta coisa boa para o IFTO. O
826 presidente informou que a conselheira Joedna fez sua manifestação via
827 chat, agradecendo a oportunidade a todos os colegas da categoria técnicos-
828 administrativos, o presidente também a agradeceu pelas suas contribuições. O
829 conselheiro Thiago Loiola disse que foram 2 anos de conversas e manifestações de
830 opiniões em um espaço de democracia trabalhada e ajustada, que evoluiu conforme
831 as demandas e conversas que tiveram no Conselho. Agradeceu as amizades feitas, as
832 conversas tidas, disse que foi muito bom conhecer mais sobre o funcionamento da
833 rotina institucional do IFTO, processos, legislação e etc. Disse que via o Conselho
834 como uma revolução democrática do IFTO, tanto que não eram indicados, mas sim
835 eleitos para representação das suas classes. Agradeceu pela participação, por
836 ter voz, voto e não ter sido podado em nenhuma situação. Homenageou o
837 conselheiro Francisco de Assis, Juninho, que durante infelizmente faleceu por conta
838 da covid e que foi bastante atuante e presente na representatividade TAE. Disse que

839 tinha a certeza de que ele fez de tudo para que o IFTO, categoria dos TAE's e o
840 Consup de forma geral, da melhor forma possível. A conselheira Benemara
841 agradeceu aos TAE's por confiarem a ela a composição do Conselho e parabenizou os
842 novos conselheiros. Disse que esperava que eles fossem mais respeitados enquanto
843 conselheiros e que fizessem seu papel acontecer contribuindo com a instituição que
844 era tão importante para todos. O conselheiro Lucas agradeceu a permanência
845 durante o tempo como conselheiro, disse que foi uma experiência única, agradeceu
846 aos demais conselheiros pelos debates e decisões tomadas e deu as boas-vindas aos
847 novos conselheiros e também aqueles que se reelegeram. Agradeceu aos TAE's a
848 quem representou e deu boas-vindas em especial a Mayana. O conselheiro Pietro
849 agradeceu mais uma vez por ter feito parte do Conselho e pelos debates
850 democráticos que permitiram a fala e expressão de todos, inclusive opiniões muito
851 pessoais de comportamentos. Garantiu que se sentiu parte e que exerceu sua
852 representatividade no Conselho. Disse que também acreditada na necessidade de
853 revisão do Regulamento, sua estrutura, composição, como também outras situações
854 deliberativas, no entanto, disse que ao levar qualquer tipo de solicitação ao
855 Conselho, entendia que deveria partir da maioria a apresentação da propositura
856 acerca da deliberação. Parabenizou a todos que fizeram parte do Conselho e
857 contribuíram ainda mais para o fortalecimento da instituição, assim como a nova
858 composição também desempenharia papel fundamental no desenvolvimento e
859 fortalecimento do IFTO. O conselheiro Josuan agradeceu à comunidade em especial
860 aos seus representados TAE's, pela oportunidade de fazer parte do Conselho.
861 Parabenizou a todos os membros do Conselho pela gestão no mandato e pelos
862 debates construtivos. Considerou que o Conselho era uma forma propícia à
863 democracia, já que eram eleitos pelos pares assim como os gestores da instituição, o
864 que tornava a estrutura administrativa diferente da maioria das autarquias e
865 fundações. O que os oportunizou exercer a democracia na administração pública,
866 elegendo seus representantes, o que era muito importante se tratando da instância
867 máxima da instituição, que prezava por questões técnicas administrativas, sempre a
868 aperfeiçoar os regimentos. Desejou aos próximos conselheiros um biênio profícuo,
869 que se inserissem na construção dos documentos, que fossem atuantes. Agradeceu
870 ao presidente pela condução nos dois anos e desejou que o próximo mandato fosse
871 recheado de atuação com questões técnicas administrativas e menos interferência
872 política, de político por político e mais contribuição com a instituição. O conselheiro
873 Flávio Eliziário disse que o momento era realmente de gratidão pela participação no
874 Conselho. Agradeceu o aprendizado durante os dois anos e disse que mesmo como
875 suplente teve oportunidades de fala, nem sempre com voto, mas que teve bastante
876 oportunidades de assumir temporariamente a titularidade. Disse que foi um
877 aprendizado, que aprendeu com as contradições e divergências de ideias que
878 tiveram ao longo do tempo. Disse que a divergência de ideias foi respeitada no
879 Conselho e parabenizou a presidência pela condução do trabalho no período.
880 Destacou que teve a oportunidade da suplência como técnico administrativo e que o
881 aprendizado foi reforçado. Frisou que realmente o Conselho era uma instância
882 deliberativa na qual só tinha a crescer, pois permitia os vários segmentos a participar
883 dos debates de ideias o que levava à inovação. Parabenizou a todos os
884 representantes. O presidente informou que o conselheiro Fabrício também fez
885 registro de agradecimento pela oportunidade via chat aos colegas da categoria
886 técnica administrativa. Agradeceu ao conselheiro pela participação e contribuição e
887 em resposta ao questionamento do conselheiro klaus via chat, informou que a
888 emissão do documento oficial (certidão) em agradecimento a participação de

889 reconhecimento ao período de participação dos conselheiros no Conselho
890 Superior. Informou o registro via chat do conselheiro Klaus, pedindo que ficasse
891 registrado a solicitação para votação da alteração do quórum convocação do Consup
892 de dois terços para 50% para acabar com monopólio convocatório fático, pois não foi
893 pautada a votação. O presidente reiterou que em outubro foi solicitado ao
894 conselheiro que apresentasse formalmente a demanda com justificativa e demais
895 fundamentos para que o Conselho pudesse dar sequência na solicitação. Esclareceu
896 que o regulamento do Consup precisava ser observado na íntegra, e não ponto
897 específico, assim como o conselheiro estava apresentando. Chamou atenção para os
898 últimos artigos, do Título 4, Das disposições Gerais, artigos 22 e 23 especificamente,
899 que indicava que o regulamento poderia sofrer alterações, o quórum de deliberação
900 para alteração de dois terços do total de membros do Conselho superior com direito
901 a voto e artigo 23 que tratava da necessidade de convocação de reunião específica
902 para o caso de que trata o artigo anterior. Disse que pautou e queria pautar o tema
903 desde que fosse apresentado dentro das especificidades no regulamento. Aclarou
904 que a proposição alterava o regulamento interno e o próprio regulamento interno
905 dizia que ele só poderia ser alterado em convocação específica, por isso não cabia
906 colocar em pauta a discussão de inclusão do ponto na reunião porque precisava de
907 uma reunião específica para essa deliberação. Mencionou que o artigo 22 dizia que
908 o Regulamento Interno do Consup só poderia ser alterado por no mínimo voto de
909 dois terços dos membros do Consup. Abordou a dificuldade de uma convocação de
910 reunião feita por 50% mais um, para alterar um regulamento que não pode ser
911 alterado. Justamente por isso, solicitou ao conselheiro Klaus que apresentasse a
912 fundamentação para encaminhamento à Procuradoria para análise jurídica e
913 apontamento de quais seriam as dificuldades para implementação e que outros
914 pontos do regulamento se faziam necessárias alterações em conjunto com esta,
915 se entendida pelo pleno a compreensão da alteração da proposta para que não
916 fosse apenas pontual e que não cometessem outras irregularidades. O presidente
917 fez novamente a solicitação ao conselheiro Klaus para que pudessem dar
918 prosseguimento aos trâmites. Disse que o encerramento do mandato naquela data
919 não inviabilizava, que outros conselheiros apresentassem a demanda e o
920 acolhimento do pleito. Pediu apenas que fosse formalizada de forma que atendesse
921 o Regulamento. O conselheiro Klaus concordou que deveria ser uma votação em
922 reunião específica do Conselho, mas que por duas vezes anteriormente o presidente
923 disse que pautaria, inclusive quando da mudança do Regulamento Eleitoral do
924 Consup em que o presidente disse que levaria o assunto conjuntamente em outra
925 reunião. Disse que não queria pautar para que ocorresse naquela reunião o
926 tratamento da pauta, sua proposta era votar para incluir a pauta numa próxima
927 reunião, porque o presidente não convocava. Disse que podiam votar naquela data a
928 inclusão da matéria na próxima pauta (específica). Disse que não tinha o que
929 justificar, que não tinha que emitir um parecer, pois se tratava apenas da redução do
930 quórum, mudança do art. 9º de $\frac{2}{3}$ para 50%. Falou que o presidente deu a sua
931 palavra por duas oportunidades e que a conselheira Nayara, como presidente
932 substituta, também se comprometeu por uma vez, no entanto, o enviaram um
933 documento que não era prática, mas sim para vetá-lo. Disse que o assunto já tinha
934 sido exaurido e que estava claro para todos que não havia interesse em reduzir o
935 quórum convocatório, pois se houvesse o presidente já teria convocado uma reunião
936 específica para tratar o assunto (como disse que o faria). O presidente rememorou a
937 solicitação apresentada em outubro e disse que uma vez atendida, o assunto
938 automaticamente seria levado a pauta, assim como informado no documento

939 encaminhado ainda em outubro do ano anterior. Registrou os agradecimentos
940 enviados no chat pela conselheira Marilene. Agradeceu a todos pelas contribuições
941 ao longo do mandato, um período bastante delicado em meio a pandemia, que fez
942 com que todos mudassem suas rotinas e apresentou uma série de desafios.
943 Observando tudo que o IFTO construiu ao longo do período de pandemia,
944 perpassado pelas discussões e contribuições do Conselho, o presidente destacou o
945 crescimento da Instituição e a demonstração do seu protagonismo frente ao Estado
946 do Tocantins e à toda a comunidade que constantemente deveriam prestar contas
947 do trabalho. Fez coro à manifestação do conselheiro Thiago Loiola em
948 agradecimento póstumo ao conselheiro “Juninho” que contribuiu não só enquanto
949 conselheiro, mas também enquanto servidor do IFTO. Estendeu o agradecimento ao
950 *Campus Araguatins* que através dele teve sua voz sempre ouvida no Conselho.
951 Agradeceu a todos os conselheiros, em especial a conselheira Ruth pela contribuição
952 que sempre levou ao Conselho. Disse que entendia sua frustração e chateação com
953 a série de desdobramentos, mas reiterou o reconhecimento da contribuição da
954 conselheira e a importância das iniciativas externas ao IFTO, pois eram parte
955 integrante do processo de construção da instituição cada vez mais democrática e
956 presente no dia a dia da comunidade Tocantinense, o que se estava buscando
957 construir ao longo de período de gestão. Disse que eventualmente ter pontos de
958 vistas divergentes a respeito de diferentes matérias, não diminuía o respeito mútuo
959 que permanecia, e que seria nesta perspectiva que continuariam conduzindo os
960 trabalhos na Instituição no próximo pleito, cada um representando sua categoria,
961 mas com o pensamento único do IFTO acima de quaisquer interesses pessoais ou
962 pequenos grupos coletivos. Frisou que o interesse da coletividade era que o IFTO se
963 tornasse cada vez maior, mais sólido, prestando serviço de qualidade à toda
964 comunidade Tocantinense. Lamentou por a reunião ainda ocorrer de forma
965 presencial. O conselheiro Thiago Loiola agradeceu à secretária do Conselho pela
966 prestatividade durante todo o período do mandato. Não havendo mais nada a tratar,
967 o presidente encerrou a reunião, e eu, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa,
968 secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, que, depois de lida e
969 aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente do Conselho e pelos membros
970 deste Conselho que compareceram à reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Emmanuel da Silva Bronze, Conselheiro**, em 02/06/2022, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Barbosa da Costa, Conselheiro**, em 02/06/2022, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jonierison de Araujo da Cruz, Conselheiro**, em 02/06/2022, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joedna Silva, Conselheira**, em 02/06/2022, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Benemara Pereira da Silva Peluzio, Conselheira**, em 22/06/2022, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Eliziário de Souza, Conselheiro**, em 29/06/2022, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pietro Lopes Rego, Conselheiro**, em 29/06/2022, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Rebeca Pereira Oliveira, Conselheira**, em 29/06/2022, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio da Luz Júnior, Presidente**, em 01/07/2022, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, Secretária**, em 12/07/2022, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mirian Peixoto Soares da Silva, Conselheira**, em 12/07/2022, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1536296** e o código CRC **C2401967**.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul — CEP 77020-450 Palmas/TO — (63) 3229-2200
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br